

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.362 - RN (2019/0297538-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **ARTUR RICARDO ROQUE CELESTINO DE SOUZA**
ADVOGADO : **ARTUR RICARDO ROQUE CELESTINO DE SOUZA** -
RN007476
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**
NORTE
PACIENTE : **MAILSON SOARES FREITAS (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO**
NORTE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de MAILSON SOARES FREITAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão, no regime semiaberto, e 176 dias-multa, pela prática dos delitos insertos nos arts. 33 da Lei n. 11.343/2006 e 14 da Lei n. 10.826/2003, tendo sido determinada a expedição pelo Juízo de primeiro grau do mandado de prisão para o início do cumprimento definitivo da pena imposta.

Contra essa decisão insurgiu-se a defesa no *habeas corpus* originário, o qual foi julgado nos termos da seguinte ementa (e-STJ fls. 26/27):

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS COM PEDIDO LIMINAR. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, § 4º, DA LEI Nº 11.343/2006) E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO (ART. 16, , DA LEI Nº 10.826/2003) CAPUT . SENTENÇA CONDENATÓRIA. PEDIDO DE TRÂMITE DA EXECUÇÃO PENAL . MATÉRIA ATINENTE AO JUÍZO DA NO DOMICÍLIO DO PACIENTE EXECUÇÃO PENAL. NÃO CONHECIMENTO LIMINARMENTE.

MÉRITO PRETENSO CUMPRIMENTO IMEDIATO DO REGIME . SEMIABERTO SEM A EXPEDIÇÃO DA GUIA DE RECOLHIMENTO IMPOSSIBILIDADE. DEVIDO CUMPRIMENTO DOS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS. OBSERVÂNCIA AOS ARTIGOS 288 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DO ESTADO E DO ART. 105 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA PARCIALMENTE E, NESTA PARTE, DENEGADA. CONSONÂNCIA COM O PARECER DA 11ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA.

Superior Tribunal de Justiça

Na presente impetração, o defensor argumenta ser ilegal o recolhimento do paciente à prisão para dar início ao cumprimento da pena em regime intermediário, bem como por não haver estabelecimento penal adequado no domicílio do condenado.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a concessão da prisão domiciliar com monitoramento eletrônico a fim de evitar que o paciente seja submetido ao regime fechado para início de sua pena, até ser liberado para cumpri-la no regime semiaberto imposto na sentença, e que não precise ser transferido para a Comarca de Natal/RN ou qualquer outra comarca que seja destinada ao cumprimento da pena no regime semiaberto (e-STJ fls. 3/24).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

